

----- REUNIÃO DE CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE INICIADA NO DIA VINTE E SEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO -----

----- **ATA NÚMERO TRINTA E DOIS** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos três dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro reuniu, no Auditório sito na Rua Conde de Arnosos número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva, coadjuvado por Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro, Primeira Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – José Pedro Pires Ferreira, José Alberto da Conceição Reis, Susana Marina Soares Paulo, Mário Joaquim Gomes Branco, David Filipe dos Santos Pinto e Vanessa Ferreira Magalhães Rebelo de Sousa. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano, Maria João Ferreira Alves e Noélia do Carmo Sezões Gafanha. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Carlos Roque do Rosário Rêgo e Alexandra Maria do Carmo de Abreu Salgado. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Sérgio Machado Morais de Oliveira e Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** - Manuel Aires de Matos Almeida dos Santos. -----

----- **Do Movimento “Mudar Alvalade” (MMA)** – Nuno Manuel Pires Caiola Marçal Lopes. -----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** - José Augusto Vaz. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, que justificou a sua ausência e foi substituída por Fernando Noelia Gafanha. -----

----- Hélder Fernando Simões dos Santos, que justificou a sua ausência e foi substituído por Alexandra Salgado. -----

----- José Leonardo Baptista Rodrigues. -----

----- Às vinte e uma horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, dando continuação com o** -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (continuação)** -----

----- **Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 174/2024, relativa ao Voto de Pesar pelo falecimento do trabalhador da Junta de Freguesia, Rui Manuel Subtil Ferreira;** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** leu o seguinte documento: -----

----- **Voto de Pesar** -----

“----- *Faleceu no passado dia 30 de julho, Rui Manuel Subtil Ferreira, natural do Vimeiro, trabalhador desta autarquia, afeto ao serviço de higiene urbana.* -----

----- *Rui Subtil iniciou funções na Câmara Municipal de Lisboa a 22 de abril de 1991.* -

----- *Na sequência da reforma administrativa da cidade de Lisboa, em março de 2014, integrou o mapa de pessoal desta autarquia como assistente operacional do serviço de higiene urbana, tendo contribuído com a sua dedicação, lealdade, compromisso e competência para a construção e fortalecimento da freguesia de Alvalade.* -----

----- *Rui Subtil Ferreira foi um trabalhador disponível e dedicado, com grande sentido de responsabilidade e serviu a causa pública com empenho e compromisso.* -----

----- *O Executivo da freguesia expressa um voto pesar à família, considerando os serviços prestados à freguesia de Alvalade.* -----”

----- Continuando, disse que era apresentado à Assembleia de Freguesia para se juntarem a este voto de pesar.-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Mário Branco, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia.-----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que tinha uma nota um pouco mais pessoal. Nos mandatos que tinha exercido no Executivo da Junta de Freguesia tivera sempre o pelouro da higiene urbana, do primeiro ao último dia, tendo contactado frequentemente com os trabalhadores e em particular com o Rui Subtil.-----

----- Tinham um gosto comum às motas, no seu caso na óptica do utilizador, ele também da mecânica, que mexia bastante em mecânica de motas e falava com bastante paixão da forma como afinava a sua mota, o motor ou a precisão das mudanças e era muito bom de ver.-----

----- Era um exímio trabalhador com uma roçadora. Se calhar a maioria não tinha noção, mas era muito difícil trabalhar com uma roçadora no meio da cidade sem partir coisas, sem estragar património público e privado. O Rui Subtil fazia isso de forma exemplar e desde que houvesse essa atividade a desempenhar ele era certamente a pessoa que estava escalada para o fazer.-----

----- Por isso não podia deixar de ir ali reconhecer que era uma homenagem justa e até do ponto de vista pessoal gostava de deixar a sua homenagem pública, porque efetivamente o Rui Subtil foi um trabalhador em funções públicas mesmo exemplar.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 174/2024, relativa ao Voto de Pesar pelo falecimento do trabalhador da Junta de Freguesia, Rui Manuel Subtil Ferreira**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Esclareceu que seria enviada a aprovação da Assembleia e a declaração do Membro Mário Branco à família enlutada.-----

----- **Ponto 5 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 161/2024, relativa à Adenda ao contrato de delegação de competências com a Freguesia de Alvalade, no âmbito do Fundo de Emergência Social e de Recuperação Lisboa – vertente de apoio a agregados familiares;**-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o Fundo de Emergência Social de Lisboa agregados familiares, contrato de delegação de competências que a Freguesia tinha com o Município de Lisboa, que permitia à equipa de direitos sociais da Junta fazer uma triagem e apoiar as famílias mais carenciadas.-----

----- Os técnicos da Câmara Municipal de Lisboa iam fazendo uma avaliação ao longo do tempo da implementação desse programa, ao longo dos vários meses e também na extensão das 24 Freguesias de Lisboa e iam tentando adaptar esse fundo de emergência social à realidade que iam encontrando no terreno e também do feedback que as várias Juntas de Freguesia davam a esses técnicos da Câmara Municipal.-----

----- Essa alteração ia alargar a elegibilidade de algumas despesas no âmbito do fundo de emergência social e definir a repartição dos valores por cada Junta de Freguesia. Era a proposta de ratificação da assinatura da adenda. Só receberam essa proposta aprovada pela Assembleia Municipal a 24 de junho e, portanto, não permitiu que levassem à última Assembleia de Freguesia e por isso estavam a apresentar agora.-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Sérgio Oliveira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia.-----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que a CDU iria votar favoravelmente, achavam que era uma adenda importante, era um reforço do fundo e respondia a situações de emergência e tinha também algumas atualizações de valores. -----

----- Tinham entregado na Câmara uma proposta para alterar o valor a ser considerado no aumento dos valores nas rendas. O valor participado aumentou, mas o valor para se chegar lá não e achavam que também podia ser feita essa melhoria no futuro. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 161/2024, relativa à Adenda ao contrato de delegação de competências com a Freguesia de Alvalade, no âmbito do Fundo de Emergência Social e de Recuperação Lisboa – vertente de apoio a agregados familiares**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 6 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 181/2024, relativa à ratificação da aprovação da modificação objetiva dos contratos decorrentes do procedimento de “Aquisição de Serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Verdes e Arvoredo sob Gestão da Freguesia de Alvalade” – Processo nº 26/CPI/JFA/2022;** -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a proposta tinha a ver com os encargos plurianuais, porque no ano 2024 iam ser alterados em relação ao que estava aprovado pela Assembleia. -----

----- Tinham em vigor um contrato de prestação de serviços com empresas para os seis lotes que compunham os espaços verdes da Freguesia. O concurso público internacional que foi lançado e que estava em vigor desde 2022 deveria estar em vigor até 31 de julho de 2024. Lançou-se o concurso público internacional, o qual tiveram a oportunidade de aprovar os encargos plurianuais ainda durante o ano de 2024. A Junta de Freguesia em maio aprovou a decisão de contratar a aquisição de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes, mantendo os seis lotes. Publicou em Diário da República e no jornal da União Europeia e era para entrar em vigor a 1 de agosto de 2024, mas por vicissitudes de contratação pública e de um contrato público internacional o tema de análise de propostas, tanto da parte técnica como da parte jurídica, demorou um pouco mais do que era previsível. O relatório preliminar foi realizado, houve audiência prévia e o relatório final foi assinado no final do mês de setembro. -----

----- Fizeram uma modificação objetiva do contrato que estava em vigor para não interromper a manutenção dos espaços verdes por mais dois meses. Isso foi provocar que os encargos plurianuais definidos para o ano de 2024 aumentaram. Não prejudicou a Junta de Freguesia, antes pelo contrário, porque o contrato que entraria em vigor tinha um valor mensal para os seis lotes ligeiramente superior ao contrato em vigor. -----

----- Do ponto de vista orçamental até haveria uma redução com essa modificação objetiva do contrato, que era um contrato com preços de 2022. Era benéfico do ponto de vista orçamental, mas foi necessário fazer essa modificação objetiva, principalmente para não interromper os trabalhos dos espaços verdes enquanto o contrato para cada um dos seis lotes não estava fechado e o relatório final emitido e adjudicada a proposta de acordo com os critérios que também tiveram oportunidade de ver com o resumo que tinha partilhado na altura, em que podiam ver os itens mais relevantes do concurso público internacional que foi lançado. -----

----- Esse incremento em relação a 2024, no âmbito do contrato que estava em vigor desde 2022, tinha um valor de 60.348 euros. Era um acréscimo para agosto e setembro, mas que não incrementava o valor gasto pela Junta de Freguesia. Se não estivesse em vigor esse contrato, já estaria o novo de 2024. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Frederico Lira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que, se tinha percebido bem, o novo contrato iria depois entrar em vigor e essa adenda era só para garantir a continuidade.---

----- Havendo uma adenda só para dois meses as questões seriam menos relevantes, mas como se estava a trabalhar nos novos contratos e do ponto de vista da CDU, existindo esses contratos de externalização e ao contrário do que se tentou passar na sessão anterior, não eram favoráveis em princípio para que eles existissem e achavam que esses serviços deviam ser internalizados, até para melhores resultados nos seus objetivos. -----

----- Qualquer alteração para os próximos contratos, o que estava presente na mente era que pudesse melhorar a manutenção e conservação dos espaços verdes. -----

----- Tinha sido falado várias vezes e continuava a ser, eram praticamente diárias as reclamações em relação à deterioração dos espaços verdes. Isso já foi ali referido na altura da informação escrita, na passada reunião. Continuavam e isso era notório cada vez mais, teriam reparado que as espécies invasoras e espécies mais resistentes iam proliferando e havia uma em particular, a avoadinha, aquela que se via agora em todo o lado, que substituiu praticamente todas as outras espécies e a razão disso era uma aplicação de certos fitofármacos. Era a única resistente ao glifosato e aos fármacos que continham esse glifosato, ou das poucas, gostariam de chamar à atenção para saber o que esses contratos obrigavam nas aplicações fitofarmacêuticas. -----

----- Essa era uma questão relevante, e além da forma como estava a ser feita e da externalização dos serviços, com a qual não concordavam. Tinham votado contra a forma como esses contratos eram realizados e fariam o mesmo em relação à adenda, reconhecendo que era uma necessidade de garantir a limpeza e a conservação e por isso continuavam a propor a internalização dos serviços pela Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 181/2024, relativa à ratificação da aprovação da modificação objetiva dos contratos decorrentes do procedimento de “Aquisição de Serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Verdes e Arvoredo sob Gestão da Freguesia de Alvalade” – Processo nº 26/CPI/JFA/2022**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, IL, MMA e Chega) e 2 votos contra (CDU) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 7 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 185/2024, relativa ao estabelecimento de um Protocolo com a Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência, no âmbito do atendimento social de proximidade;** -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que foi uma proposta de protocolo sugerida pela equipa de direitos sociais. Basicamente, esse protocolo permitia que no âmbito do atendimento e do trabalho realizado diariamente pelas assistentes sociais, assim que identificassem pessoas com problemas de toxicodependência, pudessem encaminhá-las para essa comissão que tinha mais competência para acompanhar e tentar mitigar os problemas que essas pessoas enfrentavam. -----

----- Esse protocolo não tinha qualquer custo para a Junta de Freguesia. A única coisa que a comissão podia solicitar era a disponibilização de algum espaço para realizar o atendimento ou alguma reunião que pudessem ter, mas era muito benéfico e seria um apoio importante para os técnicos que trabalhavam na ação social, para prestarem ainda um melhor serviço à comunidade e às pessoas que tinham, infelizmente, problemas de toxicodependência.-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Sérgio Oliveira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que votariam a favor desse protocolo, era um flagelo social que precisava de respostas diversas. Era preciso atuar na prevenção e atuar no tratamento. Este flagelo também tinha relação com as condições socioeconómicas da população e agravava-se também em momentos de crise e de maiores dificuldades económicas e, embora afetasse todos os estratos sociais, não os afetava de igual forma e acabava por afetar sobre maneira as camadas mais desfavorecidas. -----

----- Era por isso que também uma das maneiras de combater a toxicodependência e essas medidas, era preciso trabalhar para diminuir as desigualdades sociais e dar oportunidades iguais a todos, um trabalho mais de fundo para combater esse flagelo. ---

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 185/2024, relativa ao estabelecimento de um Protocolo com a Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência, no âmbito do atendimento social de proximidade**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 8 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 208/2024, relativa à aprovação de um Protocolo de Acordo e respetivos Anexos, a celebrar com a Associação Cuca Monga;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que essa questão já deu muita discussão no passado, havia muita documentação entregue e deviam estar perfeitamente esclarecidos, mas dava a palavra ao Senhor Presidente da Junta.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que de facto houve muita discussão em relação à versão inicial do protocolo. Tiveram oportunidade de escutar todas as intervenções que foram feitas na última Assembleia de Freguesia e com a maioria dos partidos ali presentes tiveram a oportunidade de conversar e tentar fazer um protocolo que se aproximasse daquilo que eram as várias preocupações ali apresentadas e a quem aproveitava para agradecer as cedências que tiveram de realizar para que a versão agora apresentada fosse possível. -----

----- Tivera oportunidade de pedir ao Senhor Presidente e agradecia a distribuição e para facilitar o trabalho de apresentar um documento único com as alterações que foram realizadas em relação à proposta de protocolo inicial. Das nove cláusulas que compunham o protocolo alteraram sete, indo ao encontro daquilo que foram as preocupações, daquilo que foi possível, agradecendo à associação essas cedências. Resumiria aquilo que foi introduzido e que alterava substancialmente a proposta inicial.

----- A Associação Cuca Monga, a partir do momento que assinava esse protocolo, se fosse ali aprovado tinha três meses para alterar a sua sede social para a Freguesia de Alvalade. Retiraram o apoio financeiro de 5 mil euros anuais. Não havendo qualquer contrapartida retiraram e a associação tinha a oportunidade, à luz dos apoios que estavam definidos nos regulamentos que a Junta de Freguesia tinha internamente, de anualmente se candidatar a esses apoios, podiam ser inferiores a 5 mil ou superiores a

esse valor. O Executivo e os Executivos futuros teriam a oportunidade de avaliar caso a caso, desde que, obviamente, esses apoios financeiros, e era preciso ter atenção a isso, para realizar atividades que fossem obrigações à luz desse protocolo pela utilização do espaço. -----

----- Recordava que houve uma atualização do anexo 1, que algumas forças políticas chamaram a atenção em relação aos valores de investimento, que o anexo 1 revelava, se não estava em erro, 300 mil euros e havia um erro de somatório desse investimento, eram os 75 mil euros financiados pelo Município de Lisboa mais o valor de quase 200 mil euros que a Associação Cuca Monga ia realizar ou já realizou em relação aos equipamentos, para dar corpo ao estúdio e dotar as instalações de equipamento necessário para a sua utilização. Essa correção foi feita no anexo 2, também o valor de investimento foi corrigido e o cronograma de investimento da realização das obras. -----

----- Juntou-se o anexo 3, em que a Associação Cuca Monga demonstrou de forma mais simples e mais user-friendly quais eram as suas obrigações e qual era o trabalho que se propunha fazer e que já fez no passado. -----

-----Apresentavam essa proposta já com um parecer da direção municipal de urbanismo, que era um tema e uma preocupação e bem do Partido Socialista, portanto esse documento também chegou à Junta de Freguesia. Acrescentou-se o custo dos seguros, em caso de roubos ou incêndios, porque a Associação Cuca Monga ia fazer um investimento grande em equipamentos, era responsabilidade dessa entidade. Obviamente, tinham de cumprir a legislação de seguros contra incêndios, porque iriam instalar estúdios e equipamentos que podiam provocar alguns problemas nessa área e reduziu-se o prazo do contrato dos dez mais dez anos, em que havia uma renovação automática caso eles cumprissem com todas as obrigações, decidiu-se reduzir o prazo do contrato de cinco anos para renovações de dois anos durante três vezes automáticas, caso a Câmara Municipal de Lisboa não aprovasse uma nova ARU, Área de Reabilitação Urbana, em que obrigasse à alteração de uso do edifício, agora um polo cultural, ou exigisse a demolição do edifício para a reabilitação daquela zona. -----

----- Esses períodos de dois anos de renovações automáticas para estar de encontro àquilo que a própria Câmara Municipal e o departamento de cultura aprovou, em que esse financiamento de 75 mil euros para a realização ou adaptação do espaço ao âmbito daquilo que foi aprovado no Município tinha que ter um prazo temporal de 10 anos. Isso só não aconteceria se a Câmara aprovasse uma nova ARU e aí estava em cumprimento daquilo que aprovou com a Associação Cuca Monga, ou a própria Associação não cumprir aquilo que estava no protocolo. Ficavam asseguradas essas realizações. -----

----- Depois desses onze anos do prazo do protocolo as renovações eram por períodos mínimos de dois anos, por acordo entre as partes. Aí o Executivo que estivesse em funções teria a liberdade de decidir se renovava ou não o contrato e em que condições. -

----- Colocou-se uma cláusula até proposta pelo gabinete jurídico e bem, em que caso houvesse alguma interrupção do contrato por via de alguma decisão do Município, a Junta não tinha que pagar qualquer indemnização à Associação Cuca Monga, ou seja, as responsabilidades ficavam sanadas e a associação, naturalmente, teria que ir pedir a assunção de responsabilidades ao Município de Lisboa. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Manuel dos Santos, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que em primeiro lugar gostaria de saudar o trabalho que a Assembleia de Freguesia fez numa primeira fase, porque, de facto julgava que todos juntos conseguiram escrutinar muito melhor aquilo que seriam os termos deste protocolo, a bem da Freguesia e também dos cidadãos de Alvalade. -----

----- No entanto, ainda havia algumas questões que não estavam 100% claras e também gostariam de dar a opinião sobre algumas alíneas. Desde logo, a proposta nº 208/2024 da Junta de Freguesia de Alvalade referia que, nos termos da alínea p) do artigo 12º da Lei nº 56/2012, de 8 de novembro, era competência própria da Junta de Freguesia apoiar atividades culturais e desportivas de interesse para a Freguesia que não fossem objeto de apoio por parte da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Sabiam, no entanto, que a Câmara Municipal de Lisboa para além de entregar um espaço público à editora musical Cuca Monga a título gratuito, iria apoiar financeiramente esse projeto através da doação de 75 mil euros, pelo que a frase “é competência própria da Junta de Freguesia apoiar atividades culturais e desportivas de interesse para a Freguesia que não sejam objeto de apoio por parte da Câmara Municipal de Lisboa” deixava de fazer sentido, -----

----- A IL, no momento da análise aos primeiros termos do protocolo que foi ali apresentado, perguntou à editora Cuca Monga e à Junta de Freguesia de Alvalade se houve concurso público para a cedência do espaço e de que forma foi feita a cedência e, se sim, em que ano. A resposta da editora Cuca Monga foi a seguinte: “A Cuca Monga apresentou uma proposta de ocupação adaptada a este espaço específico, quando já estava em curso um pedido de apoio financeiro à CML, através da... para a elaboração do projeto cultural. As circunstâncias que levaram a Câmara Municipal de Lisboa a atribuir o apoio para as obras e a melhoria do espaço são uma razão que levou a validar a qualidade e a importância da existência deste projeto.” -----

----- Disseram que foi feita uma adjudicação direta, sem concurso público, portanto disseram que sim. A resposta parecia vaga, mas entre parêntesis colocaram que foi feita adjudicação direta. -----

----- No que se referia à questão da cedência dos lugares de estacionamento, a Iniciativa Liberal perguntou quem iria suportar o custo dos lugares, a resposta da Associação Cuca Monga foi: “Os lugares em causa localizam-se num beco que não é via pública, mas sim rua particular, é apenas utilizada pelos funcionários da Junta de Freguesia de Alvalade como estacionamento. Não há despesa com este estacionamento para a Junta de Freguesia de Alvalade.” -----

----- Ao que a IL perguntou se esses lugares na via pública não poderiam ser colocados à disposição dos cidadãos de Alvalade, numa Freguesia que por si só registava tantos problemas ao nível da escassez de estacionamento público. -----

----- Constataram ainda que a editora Cuca Monga estava nesse momento, e desde há largos meses, a ocupar o edifício na Vila Afifense, espaço público, mesmo depois do protocolo não ter sido aprovado na Assembleia de Freguesia. Tal lançava a questão, então por que foi esse tema à Assembleia? Se a recusa que os partidos políticos que ali representavam os cidadãos de Alvalade faziam não contou no momento. -----

----- No primeiro protocolo apresentado à Assembleia foi referido o valor de 5 mil euros, postulado no protocolo, que seria atribuído anualmente. Se considerassem os dez anos iniciais de protocolo estariam a falar de uma doação da Junta de Freguesia de Alvalade no valor de 50 mil euros, para além da doação da Câmara Municipal de Lisboa, na ordem dos 75 mil euros. Uma vez mais fazia um paralelismo com o que referira no início, achava que a discussão desse tema foi importante. Estariam a falar de uma despesa pública na ordem dos 50 mil euros, que depois dessa discussão que ali tiveram em Assembleia de Freguesia foi evitada. Portanto, a bem da negociação, a bem dos superiores interesses da Freguesia de Alvalade. -----

----- Posto isso e em suma, reiteravam que a celebração desse protocolo implicava custos adicionais para a Junta de Freguesia, desviando recursos de outras áreas que

pareciam ser prioritárias, como a educação, a higiene urbana, a área social e a segurança pública, para além da melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos. -----

----- Perguntavam se fazia sentido a Câmara Municipal de Lisboa, para além de doar o espaço físico à editora Cuca Monga, ainda fazer uma doação financeira em milhares de euros. Acreditavam que concentrar recursos num único projeto cultural podia até resultar na marginalização de outras iniciativas artísticas que também mereciam apoio, o que poderia prejudicar a diversidade cultural na Freguesia. -----

----- Nunca ficou claro desde o início como foi feita a gestão do processo, até porque era muito anterior pelo menos à estadia enquanto Iniciativa Liberal em Assembleia de Freguesia, mas acreditava também que muitos dos que ali estavam presentes, e quais os critérios para a seleção dos projetos e artistas, o que levantava fortes preocupações sobre a forma como se utilizava o dinheiro dos contribuintes. -----

----- Isso quando já referiram ali várias vezes que era uma questão muito cara à IL, quando fizeram uma recomendação que foi aprovada em Assembleia de Freguesia para disporem de todos os edifícios públicos pertencentes à Junta de Freguesia de Alvalade e à Câmara Municipal de Lisboa, essa listagem nunca foi entregue e, como sabiam, mais tarde apareceu a disponibilização desse espaço que estaria adjudicado a uma entidade em concreto. -----

----- Eram essas as questões que deixavam enormes reticências. Fizeram a visita ao espaço a convite da Junta de Freguesia de Alvalade, disseram que era fundamental haver uma calendarização de espetáculos para que houvesse o reflexo do investimento que estava a ser feito a bem da Freguesia de Alvalade, que pudesse propiciar melhores condições para os fregueses e diminuir a despesa da Junta de Freguesia de Alvalade, mas nunca acederam a essa calendarização de espetáculos que essa editora poderia propiciar à Junta de Freguesia de Alvalade. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro José Ferreira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que estavam a discutir a autorização para celebração do protocolo com a Associação Cuca Monga para a cedência de edifício. Portanto, uma nova versão do protocolo que foi chumbado em anterior sessão. -----

----- Antes de mais, saudar a abertura do novo Presidente de Junta, que ouviu as diversas intervenções e reformulou esse texto em contato com todas as forças da Assembleia de Freguesia. Portanto, pensava que o contributo de todos melhorou, como ali já foi dito, o resultado que estavam a apreciar. -----

----- Não resolveu todas as questões, mas isso também era sempre assim em todas as negociações, mas propunha soluções mais flexíveis do que o anterior texto, em particular na duração do contrato e na possibilidade da resolução e resgate do edifício caso fosse necessário para uma futura ARU e conseqüente ORU da Vila Afifense. -----

----- O Executivo Municipal do PSD/CDS deixou caducar o procedimento que estava aberto, não tendo proposto nenhum outro, nem se vislumbrava qualquer iniciativa para resolver o ordenamento urbanístico daquele local e que necessitava. Também foi removido o apoio financeiro adicional de 5 mil euros por ano, foi também criada a obrigação para a mudança da sede social da associação para Alvalade, reforçando o tecido social do território. Foram também melhoradas as obrigações relacionadas com as medidas de autoproteção e segurança contra incêndios e dessa vez foi obtido o parecer da direção municipal de urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Foi também garantida a continuidade de utilização de parte do edifício pelo Grupo 50 da Associação dos Escuteiros de Portugal, até que no futuro tivesse outra solução, mas mantinha por explicar exatamente como seria utilizado pelo público as instalações e a que preço, bem como que programas para crianças e jovens e as necessárias garantias

a respeito do impacto da segurança da envolvente e respeito pelo sossego de um local eminentemente habitacional. -----

----- De todo o modo, essa proposta, como também já foi dito, onerava bastante menos o futuro e dava muito mais liberdade para futuros executivos entenderem fazer diferente ou que as coisas se alterassem ao longo do tempo e dava essa flexibilidade para mudar de forma totalmente diferente do que estava no anterior protocolo, que era muito rígido. Portanto, saudavam essa abertura do Senhor Presidente da Junta, que agradeciam. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Nuno Lopes, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que o “Mudar Alvalade” anteriormente absteve-se nesse ponto porque não foram esclarecidas algumas questões, mas após a visita que tiveram pessoalmente com o anterior Presidente de Junta foi possível descortinar e perceber melhor, bem como a realidade do espaço, que não conhecia. Podia-se dizer que era um espaço totalmente degradado e não estavam a falar de uma editora, mas sim de uma associação que em muitas coisas não concordavam e posteriormente foram respondidas, relativamente à prestação de contas. Também não concordavam com os subsídios e foi esclarecido que podiam ser mais ou menos, seriam avaliados na mesma medida que todas as outras associações, isso também concordava. -

----- Relativamente à cedência do espaço, sentiam-se muito mais confortáveis com o novo protocolo. Como já foi dito, havia possibilidades de ser revertido. -----

----- O Mudar Alvalade, depois de conversar com os próprios responsáveis da Cuca Monga e perceber o trabalho que iriam fazer com música através de crianças, iria votar favoravelmente. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Sérgio Oliveira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que quando saíram da Assembleia em que essa proposta foi rejeitada o anterior Presidente da Junta de Freguesia disse que não iria voltar a apresentar a proposta à Assembleia porque não era preciso, apenas a Freguesia deixava de poder colaborar nisso e associar-se. -----

----- Uma coisa muito intrigante era que já tinha ouvido dois Membros da Assembleia de Freguesia falar numa visita ao espaço, a CDU não foi convidada e gostava de saber porquê, uma vez que também eram parte integrante da Assembleia. Já tiveram reuniões com o Executivo, já os convidaram para reuniões e sempre amavelmente aceitaram. Portanto, perguntava diretamente ao Senhor Presidente a razão da CDU não ser convidada para essa visita. Gostava mesmo muito de saber isso. -----

----- Entretanto, havia uma coisa muito estranha, era a associação que respondia aos Membros da Assembleia e não através da Junta ou do Senhor Presidente da Assembleia. Algumas das respostas eram a perguntas que na verdade não seriam para a associação. Por exemplo, a pergunta porquê ter sido escolhida essa associação e não outras, quem respondia era a Associação Cuca Monga e não era a Associação Cuca Monga que devia responder a isso, devia ser a Junta, o Senhor Presidente ou quem entendesse. Eram juízes em causa própria e não parecia aceitável, essa maneira de proceder não era correta, deviam ser informados os Membros através da Junta e eventualmente com alguns contributos da associação. -----

----- Também era estranho a associação continuar a usufruir do espaço sem suporte nenhum. A pergunta que fizeram da outra vez era a que título estariam a ocupar o espaço. Isso nunca foi regularizado. -----

----- Outra pergunta que fizeram da outra vez tinha a ver com a equidade de apoios no uso dos espaços. O edifício podia estar antiquado ou com necessidade de obras, mas tinha uma mais-valia e qual a razão de não ter sido feito para outros projetos abertos a

outras entidades que Junta podia implementar e convidar várias associações e bandas. Deixavam também essa pergunta e era só. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a associação estava em condições precárias e por isso mesmo queria resolver esse tema o quanto antes e levar à Assembleia, para que de uma vez por todas pudessem sanar essa questão, esperando que agora isso ficasse sanado. -----

----- Relativamente a disponibilização dos lugares de estacionamento, aquela rua era utilizada pelos funcionários da Junta de Freguesia para estacionarem os seus automóveis, não podia ser utilizada para estacionamento público por várias razões. Não era um espaço de utilização pública, mas também não tinha as dimensões necessárias para realizar um estacionamento formal para ser tarifado por exemplo pela EMEL. -----

----- Outra questão que o Membro da IL levantou, em que já havia apoio da Câmara e que estava a haver apoio da Junta. O apoio não foi para atividades culturais, foi para obras a realizar no espaço, que estava degradado, era um posto da higiene urbana, a Câmara Municipal autorizou a alteração do uso do espaço para pólo cultural e tinha que ser utilizado para esse fim. Provisoriamente os escoteiros que lá estavam iriam continuar, até que a sua nova casa estivesse construída e tudo indicava que seria nos Coruchéus, caso a Assembleia no futuro viesse a aprovar essa deslocação do pólo cultural Moniz Barreto para a nova localização. Era essa promessa que o Executivo fez aos escoteiros. -----

----- Havia um CDC firmado com a Câmara Municipal para a realização de obras no edifício Moniz Barreto. Estava proposto a Associação Cuca Monga utilizar o rés-do-chão e o piso 2. Os pisos 1 e 3 estavam ainda disponíveis e no âmbito de ser um pólo cultural poderia ser ocupado por outras associações nessa área. -----

----- O Executivo não tinha o objetivo de esconder o património da Junta. Se tinha um interesse, no orçamento podiam ver quais eram os edifícios que estavam a distritos a Junta de Freguesia, essa informação era clara a todos os Membros. Aquilo era um edifício que só tinha uma utilização por parte dos escoteiros, estava num estado bastante deficitário, a associação ia realizar obras interiores para adaptar ao uso que estava descrito e a Junta realizaria obras mais estruturais para também reduzir os custos de manutenção que tinha regularmente com o espaço. -----

----- O anterior Presidente decidiu convidar alguns partidos, eventualmente aqueles que tivessem demonstrado interesse, não foi transversal a todos os partidos. O Partido Socialista já conhecia o espaço, em virtude de alguns dos seus Membros terem sido do Executivo em mandato anterior. O Senhor Presidente Amaral Lopes decidiu convidar aqueles que eventualmente tivessem demonstrado mais interesse sem conhecer o espaço, mas estava apenas a tentar adivinhar a razão. -----

----- Os promotores principais da Associação Cuca Monga eram os Capitão Fausto, com muita ligação a Alvalade. O Presidente Amaral Lopes e o Executivo acharam que fazia sentido tê-los em Alvalade. Capitão Fausto era uma banda bastante conhecida, que faziam um trabalho fantástico e a Associação Cuca Monga pretendia dar espaço a bandas, artistas, cantores que estavam a iniciar a sua carreira e muitas vezes não tinham um espaço e possibilidade de apresentarem o seu trabalho. Era esse o objetivo da Associação Cuca Monga, tentar transformá-los naquilo que eram atualmente os Capitão Fausto, uma banda bastante reconhecida. -----

----- Era um trabalho que parecia bastante importante. Era explicado nas apresentações, porque tinha a ver com os custos dos agentes e havia muitas bandas que não tinham

oportunidade de chegar a certos eventos e demonstrarem o seu trabalho. Era esse o objetivo da Associação Cuca Monga. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Frederico Lira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que todo o processo continuava a parecer bastante estranho e pouco linear. -----

----- Quanto à visita queria deixar o protesto. O Executivo era só um e teriam tido todo o gosto em estar presentes, como demonstraram até pelas propostas, para voltar a reunir e terem mais informação para discutir e se poder esclarecer. Foi demonstrado desde o início o interesse pelos eleitos da CDU em estarem envolvidos no projeto e que o projeto pudesse chegar ao melhor porto possível, independentemente de ser depois ou não executado na prática pela Associação Cuca Monga ou por uma outra qualquer, ou até pela própria Junta de Freguesia. Ficava o protesto, obviamente era uma decisão política, para o Executivo e não para o anterior Presidente que já não estava. -----

----- Quanto aos Capitão Fausto e serem da Freguesia, andarem por ali, etc, a verdade era que quando isso foi recusado foram ver um espaço para o Beato, estavam em negociação para ficar lá e com a alteração feita pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa em relação à indefinição da utilização do espaço, obviamente ficaram sem essa hipótese também e parecia-lhe que voltaram a tentar a casa anterior. Era um processo que se perpetuava numa espiral. -----

----- Em relação ao projeto em si, ao conceito, era obviamente um projeto interessante de pôr as bandas a tocar, mas foi dito agora que o objetivo era que mais bandas houvesse e, então, se calhar não podiam condicionar o espaço. Continuava a não haver no protocolo uma coisa essencial, era como seria feita a utilização, havia umas horas apontadas que não iam dar para isso, não dava para integrar as pessoas no projeto, outras bandas que quisessem ir lá. Perguntava como isso iria ser feito e essas perguntas continuavam por esclarecer. -----

----- Ficava muito contente por receber algumas respostas, mas as perguntas que fizeram foram à Junta, a decisão e o ónus político tinha que ser da Junta, não era uma resposta que ia de uma associação e que lhes era transmitida. Podia ser transmitida e enquadrada, mas tinha que ser enquadrada com a Junta e a Junta dizer que essa era a resposta que queriam dar, que não conseguiam dar e a associação dava a resposta em nome da Junta. Era algo que nunca tinha visto, mas a Junta assumia que essa era a resposta que estava a ser dada aos Membros da Assembleia quando as perguntas foram colocadas ao Executivo da Junta. Não se recordava de nenhum caso em que isso tivesse acontecido. -

----- Acima de tudo era deixar esses protestos, dizer que o processo no seu conjunto não os convencia. Continuavam a não estar alinhados com o projeto e votariam contra essa proposta. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era como qualquer entidade, fosse individual ou associação. A Associação Cuca Monga quis ela própria responder aos Membros e pediu ao Senhor Presidente para partilhar os esclarecimentos que queria dar à Assembleia. Não competia à Junta de Freguesia estar a modelar as respostas, a associação quis partilhar com os Membros da Assembleia e a obrigação era partilhar com o Senhor Presidente para chegar aos Membros da Assembleia de Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 208/2024, relativa à aprovação de um Protocolo de Acordo e respetivos Anexos, a celebrar com a Associação Cuca Monga**, tendo a

Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PSD, CDS-PP e MMA), 3 votos contra (CDU e IL) e 7 abstenções (PS e Chega)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro José Ferreira para uma Declaração de Voto, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“O Partido Socialista absteve-se na votação, tendo em conta a configuração da Assembleia de Freguesia e das forças que suportam o Executivo corresponde à viabilização da proposta na liberdade de quem está a governar possa entender, ainda que nós não concordemos com isso, mas o que era essencial estava respondido. -----*

----- *Fazer um desafio, uma vez que houve bastante abertura por parte do Senhor Presidente de Junta, que de facto possa desenvolver e melhorar os aspetos negativos que foram apontados aqui, qual é a tabela de preços que vai ser praticada, como é que isso compara com o mercado se houver comparativos, se isso é mais económico porque há um conjunto de custos que esta associação não teve, quais sejam obras, quais sejam rendas e possa esse preço que é praticado pela utilização ser competitivo. -----*

----- *Dizer que se há apoio a outras bandas o acesso seja feito através de um regulamento com uma configuração à público. Eu recordo que nos anteriores executivos também foram protocoladas cedências de equipamentos e um que tem sido bastante falado é o complexo desportivo municipal de São João de Brito. O Clube de Rugby de São Miguel é obrigado a atuar no mercado como se fosse a Câmara Municipal de Lisboa, usando os preços que constam da tabela do regulamento de taxas e licenças e preços da Câmara Municipal de Lisboa. Portanto, não nos faz confusão um privado agir à público, penso que não é por aí, não temos nenhuma questão com isso, ainda para mais um privado que é uma instituição coletiva. -----*

----- *O desafio que deixamos é que os aspetos negativos que apontamos possam ser melhorados e que disso seja dado publicidade à Freguesia em primeiro lugar, porque é isso mesmo que interessa, e aos agentes culturais que possam ali prosseguir a sua atividade e também a esta Assembleia de Freguesia.”-----*

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Frederico Lira para uma Declaração de Voto, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Já foram expostas aqui as nossas questões principais, o José Ferreira até levantou algumas outras, e a nossa razão principal para votarmos contra refere-se quanto à equidade do uso por todos para garantir um projeto e um acesso a todos em iguais circunstâncias. Existem problemas graves em nosso entender. -----*

----- *Depois há uma perda da possibilidade de orientação da utilização desse espaço, a partir do momento em que a cedência passa a ser integral, incluindo mesmo na relação com outras entidades terceiras. -----*

----- *Por essa razão achamos nós que não faz sentido numa Junta de Freguesia onde há uma falta já reiterada em várias Assembleias de Freguesia e de outros órgãos de falta de espaços para a utilização pelos cidadãos. Portanto, é aqui uma continuação da delapidação da utilização do património de uma maneira mais equitativa.” -----*

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Manuel dos Santos para uma Declaração de Voto, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Embora não concordemos com os termos do protocolo, não queremos deixar de dizer que o trabalho que foi feito aqui por esta Assembleia de Freguesia acho que trouxe resultados positivos até para o Executivo, para a Junta de Freguesia de*

Alvalade. Estamos a falar de uma renegociação que foi feita ao protocolo, estamos a falar de uma poupança de 50 mil euros para a Junta de Freguesia de Alvalade, que vai poder impulsionar esse investimento para outras áreas de grande necessidade na nossa Freguesia, desde a higiene urbana até à área da saúde, educação. -----

----- Já que este protocolo foi aprovado, desafiamos o Executivo perante esta adjudicação do espaço que vai ser feita à Associação Cuca Monga, que de facto se possam reunir escolas da Freguesia e que as crianças também possam usufruir do espaço que aqui será criado a bem do bem comum e que possa também haver, como nós referimos, uma calendarização. Fazer esse incentivo de espetáculos que a Associação Cuca Monga e outras entidades musicais com quem trabalha, que possam desenvolver na nossa Freguesia de Alvalade, a bem dos alvaladenses." -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia disse que certamente a Junta de Freguesia teria todo o prazer em convidar quem ainda não foi a visitar o local. -----

----- Queria deixar uma palavra de agradecimento a todos pela forma como decorreu a Assembleia temática do passado dia 29 de setembro. Foi num local digno, a Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, onde tiveram oportunidade de festejar especialmente os 50 Anos do Poder Local, também por ocasião do Dia da Freguesia, com depoimentos muito interessantes, que depois veriam na ata respetiva. Aliás, para a qual pedia a todos os que fizeram discursos escritos, se pudessem entregar aos serviços para a ata. -----

----- As homenagens foram muito merecidas, não só às associações e às entidades da Freguesia e empresas que foram homenageadas, mas aos quatro cidadãos que passaram a ser Cidadãos de Honra da Freguesia de Alvalade e que os enalteciam enquanto Freguesia de Alvalade. -----

----- Deu por encerrada a reunião. Eram vinte e duas horas e trinta minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----

[Handwritten signatures in blue ink]

